

Resultado das eleições vai influir no Orçamento de 90

14 NOV 1989

JORNAL DE BRASÍLIA

O futuro da proposta orçamentária para 1990, encaminhada pelo Executivo ao Congresso Nacional, está intimamente ligado ao resultado das eleições de 15 de novembro. Dependendo dos dois candidatos que forem ao segundo turno, a Comissão Mista que o discute poderá estabelecer novas prioridades de gastos nos orçamentos fiscal, de Seguridade Social e de Investimentos das estatais. A expectativa é de que os orçamentos sejam aprovados até o dia 15 de dezembro, dois dias antes da votação do segundo turno.

Se por acaso o Congresso Nacional não aprová-los até essa data o executivo pode conhecer uma nova realidade: gastará apenas o equivalente a 1/12 por mês dos NCz\$ 338,6 bilhões até que o Congresso Nacional os aprove. Com esses recursos, em torno de NCz\$ 28,2 bilhões mensais, o Governo só

poderá realizar gastos para "a manutenção de atividades" da máquina administrativa. "Mesmo assim haverá uma discussão do que seja 'manutenção de atividades'", avisa Pedro Parente, secretário de Orçamento e Finanças da Secretaria de Planejamento.

Preocupação

O temor do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, é o de que ocorra com o Brasil o que se passou na Argentina de Raul Alfonsin, onde o Congresso com maioria oposicionista, não aprovava as propostas orçamentárias do presidente da República. Cauteloso, o ministro do Planejamento repete que, pela nova Constituição, o Congresso Nacional é quem detém poderes para mudar a proposta orçamentária do Executivo. "Quantidade é com o executivo, qualidade é com o Legislativo", ensina Abreu.

Com essa linha de raciocínio o ministro Abreu pondera que constitucionalmente o futuro presidente da república e mesmo o Parlamento podem mudar toda a proposta orçamentária. "A Constituição pode ser modificada com o voto de 2/3 dos congressistas", alerta, lembrando em seguida a proposta do deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) de alterar a data do ano fiscal dos orçamentos de dezembro para julho.

Em tese, Abreu concorda com o deputado paulista José Serra, do PSDB, de que o futuro presidente só poderá mexer em cerca de 2% dos orçamentos, se mantiver a atual proposta orçamentária. "Ele só pode alterar despesas com custeio e investimentos, embora eu ache que já fizemos todo o esforço possível para manter o mínimo necessário", avisa Abreu.